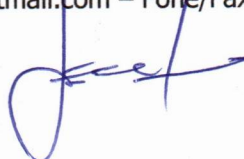
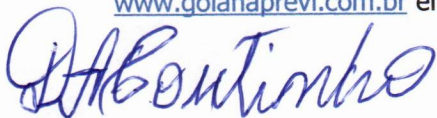


ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

No dia 11 de dezembro de 2025 às 08:00h, em sala de reunião do Goianaprevi deu-se início a reunião do Conselho Fiscal de Previdência, tendo comparecido os Conselheiros: Jessé Sebastião dos Santos, Gustavo Wallace Candido da Silva, Maria Glaucia Ferreira da Silva, Divanir Amorim Coutinho, Danilo Gustavo dos Santos Souza, além de registrado as presenças de Olga Luiza de Serna Tavares – conselheira nata e Presidente do Goianaprevi, Ênio Nascimento – Assessor Jurídico do Goianaprevi. Contando-se, ainda, com a participação de Ana Paula, analista contábil da empresa JBX, que presta assessoria contábil ao Instituto, convidada para apresentar os dados financeiros do Goianaprevi, referente ao ano de 2025. O presidente do Conselho, Jessé Sebastião dos Santos deu por iniciados os trabalhos, apresentando um relatório da participação do Goianaprevi no 24º Congresso Nacional de Previdência da Aneprem, que ocorreu em Bento Gonçalves - RS. Participaram do congresso três representantes de Goiana, sendo eles: a Presidente do Instituto, Olga Sena, o presidente do Conselho Fiscal, Jessé Sebastião e a Presidente do Conselho Deliberativo, Maria do Carmo da Nóbrega Germano. Jessé apresentou nessa reunião, além do relatório de participação, supra referenciado, registros fotográficos e os certificados dos três representantes do Goianaprevi. Apresentou ainda, uma síntese dos principais temas discutidos no congresso. Entre eles a PEC 14, que trata dos agentes de saúde e endemias, e os impactos para os RPPS, com a aprovação da matéria pelo Senado Federal. Discorreu ainda, sobre o Pró-Regularidade RPPS, programa do Ministério da Previdência Social, instituído pela Portaria MPS nº 2010, de 15 de outubro de 2025, que visa ajudar os entes federativos a regularizar seus RPPS. Diversos outros temas foram discutidos no Congresso, como certificações para gestores, dirigentes, diretoria, comitês, conselheiros; governança; práticas de gestão; investimentos; educação previdenciária; entre outros. Todos esses aspectos, constam no relatório que passa a fazer parte da presente ata. Na sequência, a conselheira Divanir Amorim trouxe à tona o relatório de TCE, que veiculou em alguns blogs, da região. Esse documento, aponta eventual desequilíbrio atuarial e falhas de investimento no Goianaprevi. O Conselho Fiscal após se inteirar da demanda, requisitou do Goianaprevi, uma explicação, uma análise das informações daquele relatório. A palavra foi então franqueada ao Assessor jurídico do Goianaprevi, Dr. Ênio Nascimento, para explicar o que está havendo. Dr. Ênio apresentou relatório sobre a real situação do Instituto, considerando todos os eixos contidos no relatório do TCE. Dr. Enio inicia sua fala afirmando que os dados apresentados pelo TCE vieram à tona de forma tardia, pois se refere ao ano de 2024. Porém nos serve de referência para 2026, como também para analisar 2025. Assim passa a apresentar vários pontos: são analisados 05 eixos, a questão atuarial, o caráter contributivo, transparência e gestão. Investimento e compensação previdenciária. O TCE classificou entre os níveis de avaliação A,B,C,D,E a atuação dos RPPS em Pernambuco. Na classificação “A”, não ficou nenhum RPPS em Pernambuco; na “B” ficaram 17; na “C”: 67; na “D”: 49 e no estágio “E”, ficaram 15 RPPS. Então precisamos compreender o cenário em que o Goianaprevi está inserido. Assim de acordo com essa classificação, em 2024 o Goianaprevi obteve os seguintes resultados: avaliação atuarial “D” essa foi a média do obtida no estado; o caráter contributivo obteve classificação “A”. essa é uma



excelente classificação, que se deve ao fato de ter sido adiantado os parcelamentos e os repasses em dia, dos valores referentes às alíquotas por parte do Município; transparência e gestão: “C”; no quesito investimentos “D”. Essa questão de investimento, tem a ver com o mercado que a gente não controla. Por outro lado, o ano de 2024, foi de muita instabilidade para o mercado, de forma que os resultados alcançados pela maioria dos RPPS foram deficitários; no Quesito compensação previdenciária ficamos com “B”. nesse ponto o Goianaprevi teve muito êxito. Ao final dessa explanação de Dr Ênio, o conselheiro Danilo, sintetiza que, em termos gerais, apesar de ter obtido classificação geral “C”, o Goianaprevi obteve avanços importantes, no período. Observa-se, porém que a mídia que veiculou as informações do TCE, não divulga os dados na íntegra, mas de forma parcial, deu ênfase aos pontos nos quais o Goianaprevi obteve as piores avaliações. O Conselheiro Jessé, por sua vez, pontua que o TCE cumpriu seu papel de analisar as atuações dos RPPS, no âmbito do estado, emitir os devidos relatórios e encaminhar aos devidos envolvidos, mesmo que de forma um tanto retardada. Cabe ao Goianaprevi fazer sua análise, avaliar os dados em que obteve avaliações negativas, implementar as devidas ações, mostrando, porém, os avanços e resultados adquiridos, bem como os esforços e ações implementadas para tal. Na sequência, a Conselheira Maria Gláucia recomenda que a gestão do Instituto esteja atenta, no sentido de melhorar a avaliação nos itens em que obteve pior avaliação. Com o uso da palavra, a presidente do Goianaprevi, Olga Sena, pontua que no Goianaprevi, semelhante ao que ocorre nos demais RPPS, no estado de Pernambuco, existe déficit atuarial, isso é fato. Porém o Goianaprevi se diferencia de muitos desses outros RPPS, porque, esse déficit não compromete a arrecadação e o plano de benefícios do Instituto. Além disso, o Goianaprevi tem obtido nos últimos anos um crescimento extraordinário, em seu patrimônio. Em 2024, exercício que ensejou o citado relatório de TCE, O Goianaprevi saiu de um patrimônio de R\$ 83.164.107,06, em janeiro para R\$ 111.082.702,87, em dezembro. Isso equivale ao crescimento de pouco mais de 33%, em 2024. Os dados financeiros de 2025, projetam um crescimento ainda maior. Estima-se que seja de aproximadamente 45%. Ou seja, após o fechamento das contas de dezembro do ano em curso, o patrimônio de Goianaprevi, muito provavelmente, ultrapassará os R\$ 160.000.000,00. Olga complementa afirmando que não medirá esforços, para melhorar os índices deficitários do relatório de TCE. Afirma, ainda, que a certificação PROGESTÃO é uma das suas metas para 2026. Olga ressalta ainda o esforço do Goianaprevi para angariar os recursos do COMPREV. Neste exercício de 2024, já houveram aportes dessa natureza e há a expectativa, de recebimento de novos valores (aproximadamente 1.500.000,00), em breve. Olga garante que essas ações terão continuidade em 2026. Dando seguimento à reunião, o Presidente do Conselho Fiscal, Jessé Sebastião solicitou do setor financeiro do Instituto, que fosse apresentado a prestação de contas. A Palavra foi então franqueada a Sra. Ana Paula, consultora Financeira do Grupo JBX, empresa que presta assessoria financeira para o Goianaprevi. Ana Paula apresentou em planilhas, todos os dados requisitados pelo Conselho Fiscal, finalizando com os seguintes dados: Saldo em janeiro/2025: R\$ 111.082.702,87; saldo em junho/2025: 130.164.107,06; saldo em novembro/2025: 151.093.077,54. O relatório completo, com todas as informações, passa a fazer parte integrante da presente ata. Na sequência, com o uso da palavra, o conselheiro Danilo Gustavo dos Santos Souza, faz a observação da necessidade de realizar concurso público, por parte do Município, isso

ajuda a capitalizar o Goianaprevi, considerando principalmente, que hoje na folha de funcionários do Município, há mais servidores contratados do que efetivos. Além disso, conforme informação da Gerencia do Conceção de Benefícios do Goianaprevi, este Instituto concedeu 21 novas aposentadorias e 04 pensões no exercício de 2025. Então muito do que é pago pelo Município a título de verbas previdenciárias, não se destina ao Goianaprevi, mas ao RGPS. Chegando-se ao final dessa reunião, que fecha o ciclo de atividades de exercício de 2025, tendo sido apresentado pela gestão do Goianaprevi, tudo o que o conselho requisitou, o Conselho Fiscal após as devidas análises e avaliações aprova todos os atos e as contas do Goianaprevi, referente ao período do presente exercício, até a data de hoje. Sem mais a ser tratado nesse momento, o Senhor Jessé Sebastião dos Santos, presidente deste Conselho Fiscal, deu por encerrada a presente reunião e eu, Maria Gláucia Ferreira da Silva, Secretária Executiva dos Conselhos Previdenciários, lavrei a presente ata, onde todos os conselheiros presentes assinaram, para que produza seus efeitos legais. Goiana 11 de dezembro de 2025.

Maria Gláucia Ferreira da Silva

Jessé Sebastião dos Santos

Antonio Valdo comolito da Silva

Dirceu Amorim Coutinho

Paulo Gustavo dos Santos Souza

EIXOS TEMÁTICOS:

TRANSPARÊNCIA E GESTÃO

Clareza das informações, atualização, governança e controles internos;

INVESTIMENTOS


Administração e desempenho das aplicações do regime;


EIXOS TEMÁTICOS:



COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Eficiência no processo de recebimento e envio de valores entre os regimes de previdência, etapa importante para evitar perdas de receita.

 enlosnascimento

 nascimentoocarbosa

NB

ÍNDICE DE QUALIDADE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL - IGM-PREV

5 EIXOS TEMÁTICOS

Ano Base: 2024 | Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

NB

5 EIXOS TEMÁTICOS:




ATUARIAL


Planejamento previdenciário de longo prazo;



CARÁTER CONTRIBUTIVO

Repasse das contribuições, se são feitos no prazo e corretamente;

 eniosnascimento


 nascimentoebarbosa


NB

EIXO ATUARIAL

D

Um dos pontos de maior fragilidade na gestão dos RPPS dos municípios de Pernambuco, com uma classificação média D.

 eniashnascimento

 nascimentobarbosa

NB



Visão Geral

Atuarial

Caráter Contributivo

Transparência e Gestão

Investimentos

Compensação Previdenciária

Seu RPPS

Sobre



SEU RPPS

Nesta seção, você pode consultar os **dados gerais do RPPS** de seu município e a **análise individualizada** dos resultados do **IGM-PREV**.

Use o **menu de seleção** abaixo para visualizar como cada gestão municipal foi avaliada nos **diferentes eixos**, conforme os critérios do levantamento.

MUNICÍPIO Goiânia

(1) -

Unidade Gestora

Instituto de Previdência Social do Município de Goiânia

Sítio eletrônico

www.goiâniaprev.pe.gov.br

NOTA IGM-PREV

D

Atuarial

A

Caráter Contributivo

C

Transparência e Gestão

D

Investimentos

B

Compensação Previdenciária

2024

Nota

68

@eniosnascimento

@nascimentoebarbosa

NB

CENÁRIO DE APERFEIÇOAMENTO

C

A classificação média do IGM-PREV foi C, indicando uma gestão em aperfeiçoamento, com espaço para melhorias.

2024



D

Atuarial

D

Investimentos

B

Caráter
Contributivo

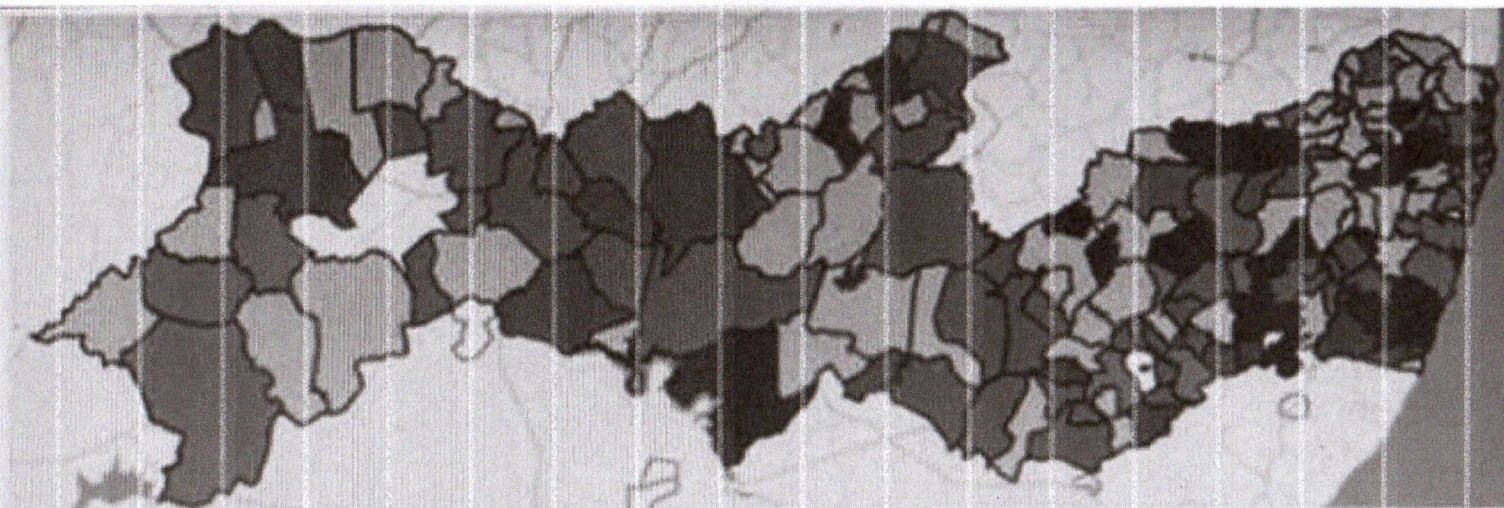
C

Compensação
Previdenciária

@ eniasonascimento

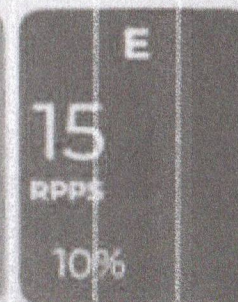
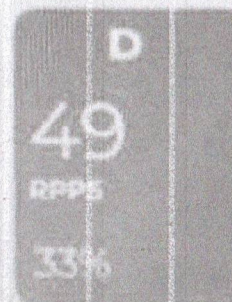
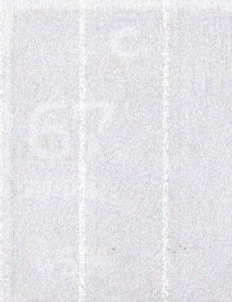
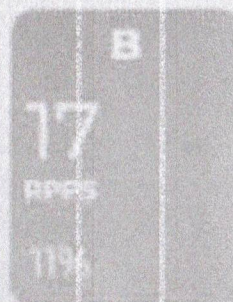
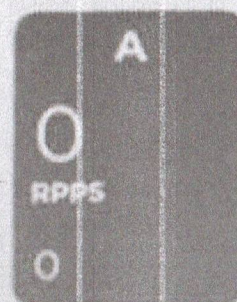
@ nascimentoebarbosa

NB



RPPS POR FAIXAS

2024



Fonte: <http://tcepe.tc.br/internet/index.php/noticias/486-2025/novembro/8156-gm-prev-tce-pe-avalia-gestao-providenciaria-municipal>

@ eniosnascimento

@ nascimentobarbosa

NB



24º CONGRESSO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA DA ANEPREM

O 24º CONGRESSO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA DA ANEPREM ocorreu entre os dias 17 a 19 de novembro do ano em curso, na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Nesse evento o Goianaprevi foi representado por Olga Luiza de Sena Tavares - Presidente do Goianaprevi, Jessé Sebastião dos Santos - Presidente do Conselho Fiscal e Maria do Carmo da Nóbrega Germano - Presidente do Conselho Deliberativo. Vale salientar que a participação do Goianaprevi nesse congresso, foi determinada pelo Conselho Deliberativo.

O evento teve início às 14:00 do dia 17 de novembro com o respectivo credenciamento e cerimônia oficial de abertura e logo em seguida, já se iniciou a primeira palestra. Assim, passamos a discorrer sobre os principais temas abordados no Congresso:

- **PROGRAMA DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA DOS RPPS** – Essa palestra foi conduzida pelo Secretário de Regimes Próprios e Complementares do Ministério da Previdência, Sr. Paulo Roberto. Ele apresentou o **Pró-Regularidade RPPS** que é um programa do Ministério da Previdência Social, instituído pela Portaria MPS nº 2010, de 15 de outubro de 2025, que visa ajudar os entes federativos a regularizar seus RPPS. No programa é disponibilizado ferramentas e um novo plano de parcelamento de até 300 meses para dívidas previdenciárias, além de assistência para o equilíbrio financeiro e atuarial, regularização do CRP, além de adequação às normas gerais. A adesão é obrigatória para quem aderir ao parcelamento pela Emenda Constitucional 136/2025, e facultativa para os demais interessados em se manterem regulares. Os principais objetivos do programa são: Regularização de dívidas: Possibilitar o parcelamento de débitos previdenciários em até 300 meses para estados e municípios, com retenção automática do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para pagamentos; Emissão do CRP: Ajudar na resolução de pendências para a emissão regular do CRP; Equilíbrio financeiro e atuarial: Promover a sustentabilidade dos regimes próprios de previdência, buscando o equilíbrio financeiro e atuarial; Adequação às normas: busca adequar os entes federativos, às normas gerais e à Emenda Constitucional nº 103/2019; Transparência e gestão: Implementar um sistema com mais transparência, controle e eficiência na gestão previdenciária.
- **CERTIFICAÇÃO EM FOCO: NOVO CCP, PQC E AS MUDANÇAS PARA 2026** – o tema foi apresentado POR Marcia Caldas, do Ministério da Previdência Social. Ela tratou das regras estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, que estabelece diretrizes para atuar como gestor ou conselheiro previdenciário no Brasil em 2026; da obrigatoriedade de certificação profissional credenciada pela Secretaria da Previdência. A partir de 2026, as regras de certificação para os membros RPPS serão ainda mais intensificadas. Para Gestores Comitê de Investimentos, será obrigatória a certificação de 100% a partir de 1º de janeiro de 2026. Conselhos Deliberativo e Fiscal, A maioria dos membros ser certificada.
- **IMPACTO DA PEC 14 QUE TRATA DOS AGENTES DE SAÚDE NOS RPPS** – a síntese dessa palestra é que a PEC 14/2021 trará impactos nos RPPS municipais, ao transferir para os estes o ônus financeiro de benefícios previdenciários mais vantajosos para agentes de saúde e de combate a endemias. Isso seguramente



elevará o déficit atuarial e o custo fiscal. A proposta prevê a aposentadoria especial com integralidade e paridade, menor idade mínima e efetivação de agentes temporários, o que gera um alto impacto atuarial para os municípios, porque a União não transfere os recursos para custear esses benefícios. Os Principais impactos nos RPPS são: Elevação do déficit atuarial, Transferência de ônus financeiro para os municípios e aumento de custos previdenciários para os RPPS. Já para o servidor, a PEC obviamente traz alguns benefícios: aposentadoria, menor idade mínima, regras de transição mais favoráveis para a aposentadoria, efetivação de temporários, até 31 de dezembro de 2028.

- **REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS** – na palestra, que foi ministrada por Cláudia Iten, do MPS, abordou-se o tema de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). Essa certificação comprova o cumprimento das normas gerais dos RPPS. Cláudia ratificou o lançamento do Programa Pró-Regularidade RPPS. Este programa, foi instituído após a EC nº 136/2025. A ausência do certificado pode impedir o recebimento de transferências voluntárias, a celebração de convênios e a obtenção de empréstimos e financiamentos com instituições federais. A obtenção do CRP administrativo é uma clara demonstração de transparência e regularidade na gestão do regime próprio de previdência.
- **RELAÇÃO DOS RECURSOS DO RGPS COM O RPPS** – palestra ministrada por Glauro Wanburg – CRPS. Ele inicia apresentando o conceito de interdependência entre RGPS e RPPS, para o cômputo do tempo de serviço do trabalhador, mediante um sistema de compensação financeira obrigatório por lei, para que não haja prejuízos à eventual aposentadoria do trabalhador. Ambos os regimes são independentes, mas se interconectam para garantir os direitos previdenciários dos trabalhadores que contribuíram para ambos ao longo da carreira. A base legal para isso são Lei nº 9.796/1999 e o Decreto nº 10.188/2019. Seu objetivo é evitar que um único regime arque com todo o ônus de um benefício que foi construído com contribuições para múltiplos regimes. A CTC é o documento formal que comprova e permite essa "portabilidade" do tempo de contribuição para ambos os sistemas.

Finalizado esse momento, foi servido o jantar de boas-vindas, com oportunidades de interação entre os RPPS Presentes, proporcionando eventuais trocas de experiências.

O segundo dia do Congresso contou com a seguinte programação:

- **PRÓ-GESTÃO: ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E DILIGÊNCIA PARA RPPS SUSTENTÁVEIS.** Apresentação de Renan Calamia da empresa Crédito e Mercado. Em sua apresentação, Renan inicia dizendo que o PROGESTÃO foi Instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, e que o desenvolvimento inicial do programa contou com a participação de representantes de diversos RPPS e associações como a ABIPEM e ANEPREM, além claro da participação de órgãos como o Ministério da Previdência Social e o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV). Seu objetivo principal é garantia da sustentabilidade a longo prazo desses regimes, com enfoque nos seguintes itens: Melhorar o controle dos ativos e passivos, previdenciários; Aumentar a transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade; Profissionalizar a gestão dos RPPS, estabelecendo padrões de qualidade e procedimentos padronizados; Promover a governança corporativa, baseada em princípios como a equidade, prestação de contas e



responsabilidade; Incentivar a educação previdenciária e a capacitação dos gestores e servidores.

- **CICLO DE JUROS, O NOVO MOMENTO DA RENDA FIXA** - Empresa 4UM Investimentos – em sua explanação, Mateus Orengo, da empresa 4Um Investimentos, entende que os RPPS precisam estar atentos a um cenário de juros mais baixos no futuro. Segundo ele, eventuais ajustes será interessante para além dos investimentos pós-fixados que dominaram o período de juros altos. Mateus ressalta as oportunidades de investimento que surgem com as mudanças na taxa básica de juros (Selic) no Brasil. Atualmente, isso pode alterar a dinâmica e as estratégias para a renda fixa.
- **DECISÃO DE INVESTIMENTOS PARA ALÉM DOS NÚMEROS** – Esse tema foi patrocinado pela Lema Consultorias. Gustavo Leite, Sócio da LEMA, foi o palestrante. Ele apresentou em sua palestra a necessidade de o RPPS escolher bem sua assessoria de investimentos. Exemplificou a atuação da empresa, quando desaconselhou os RPPS aos quais presta assessoria, quando alguns deles estavam inclinados a investir em produtos do BANCO MASTER. Fatalmente seriam prejudicados com a atual Decretação liquidação extrajudicial da Master. O anúncio da liquidação extrajudicial feito pelo BC provocou forte movimentação no mercado financeiro e impactou a vida de milhares aposentadas, aposentados e pensionistas e segurados em RPPS de diversos estados e municípios do Brasil, principalmente o estado do Rio de Janeiro, por meio do Fundo Único de Previdência Social do RJ (RioPrevidência), o estado do Amapá, Maceió (AL), São Roque (SP), entre outros.
- **MAIS UM ANO DE RENDA FIXA?** (Gilmar Hcapiewsky – Caixa Econômica) – o palestrante iniciou sua fala conceituando que risco é aquilo que sobra quando você acha que já pensou em tudo, (Carl Richards), discorrendo sobre os riscos em aplicações. Logo após tratou de perspectiva de aversão a perda, concluindo essa parte de sua fala com as palavras de Bill Gates “Sorte e risco são irmãos”. Na sequência falou sobre os impactos da Instabilidade Política, para os investimentos. As crises institucionais, aspectos fiscais, eleições, reformas tributárias e previdenciárias, tudo isso impacta no mercado financeiro, curva de juros, câmbio, bolsa de valores, etc. assim foram apresentados gráficos e planilhas consolidadas e projeções pro futuro.
- **IMPACTOS ATUARIAIS DAS INADEQUAÇÕES DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS** (Thiago Fernandes – BRASILIS) - Foi abordada, nessa palestra e necessidade de haver equidade e equilíbrio, na concessão dos benefícios beneficiários. A previdência tem como meta garantir a segurança financeira de servidor por ocasião de sua ida pra a inatividade. O termo também pode ser sinônimo de segurança, proteção e tranquilidade.
- **ALÉM DA LEGISLAÇÃO** – (Renan Aguiar – R3 Investimento) – nessa palestra foi apresentado a importância de seguir um sistema de gestão que se atente às normas legislativas que regem a gestão dos RPPS, mas que vá além dessas normas. Que “abuse” dos princípios básicos de transparência, otimização dos recursos públicos e dos investimentos previdenciários.



GOIANAPREVI

COMPROMISSO COM O FUTURO

- **GOVERNANÇA E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA O SUCESSO NOS INVESTIMENTOS** – (Rodrigo Costa e João Martinussi). Esse deve ser o cerne municipal. Os principais desafios sustentabilidade, longevidade e responsabilidade com os recursos públicos. Para tal, deve ser observado os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Isso aplicado à realidade dos RPPS se traduz em decisões colegiadas, códigos de ética e estrutura do comitê de investimentos. Daí surge a necessidade de boas práticas de gestão, cujos elementos essenciais são: Controle interno, Política anual de investimentos, compliance, treinamento e capacitação de gestores. A cereja do bolo: Certificação Institucional Pró-Gestão e Certificação Profissional.
 - **RPPS E CRÉDITO CONSIGNADO. DIVERSIFICAÇÃO COM SEGURANÇA E RENTABILIDADE** (Sergio Werlang – Monetar) – É preciso repensar o modelo atual de crédito consignado e adotar medidas que garantam transparência, proteção e autonomia aos beneficiários do sistema. Nesse contexto os RPPS devem atuar dentro do sistema, assumindo parte do papel, ao oferece empréstimos consignados aos seus segurados, reduzindo os riscos existentes, protegendo seus segurados e beneficiários, além de otimizar suas fontes de capitalização, cumprindo seu papel social de previdência.
 - **TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA GOVERNANÇA PREVIDENCIÁRIA 9 SAS INSTITUTE + TECH SOLUTIONS** – DANILO S. G. SOBRAL) – Diante das constantes transformações, do avanço acelerado e cada vez mais inovador de tecnologias e comunicação, os RPPS precisam estar atentos e abertos a modernizar, seus processos, otimizando recursos ao utilizar ferramentas que aprimorem sua missão, buscando excelência na relação gestão/segurados/beneficiários.
 - **ALOCÇÃO DE ATIVOS, COMO FERRAMENTA DE GESTÃO** (Daniel Sandoval – PRIVATIVA) – No Brasil, a gestão dos recursos previdenciários, especialmente dos RPPS é regulada pela Resolução CMN nº 4.963/2021. É uma ferramenta fundamental na gestão previdenciária, seu principal objetivo é equilibrar a busca por retornos financeiros de longo prazo com a necessidade de segurança e liquidez para cumprir os compromissos atuariais. Ela visa construir um portfólio diversificado que maximize os retornos esperados para um determinado nível de risco, ou minimize o risco para um retorno desejado, distribui os recursos entre diferentes classes de investimento, além de proporcionar estratégias de alocação visam proteger o poder de compra dos benefícios futuros e garantir a solvência do fundo, mesmo com o aumento da expectativa de vida.
- Finalizado esse momento de palestras programadas para o dia, procedeu-se com as premiações por parte da ANEPREM, conforme estabelecido na programação do Congresso.
- **EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 4.0** (Ricardo Souza – TCA) – A informação é crucial no sentido de fortalecer a transparência, a cidadania e a sustentabilidade dos regimes, adaptando-se aos desafios do envelhecimento populacional e da gestão eficiente nos RPPS. A educação previdenciária 4.0 nos RPPS busca a modernização das práticas de comunicação e capacitação dos RPPS, utilizando tecnologias digitais, inclusive IA e metodologias da "Educação 4.0" para engajar segurados e gestores, visando iniciativas de educação financeira e previdenciária. Muito embora não haja



ainda um programa forma, com divulgação ampla, algumas instituições como o INSS e o Poder Judiciário, já estão implementando programas dessa natureza, que devem balizar sua implementação por parte dos RPPS. Uso de plataformas online e aplicativos, para que os cidadãos possam acessar informações sobre seus direitos e contribuições; Implementação de ferramentas de IA; uso de sistemas integrados; foco na divulgação de informações de forma clara; oferecer conteúdo educacional e projeções de aposentadoria personalizadas com base nos dados individuais de contribuição do segurado.

- **IMPLANTAR, OPERACIONALIZAR E ENGAJAR: OS DESAFIOS ATUAIS DA IMPLANTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO** (Marcia Paim – SRPC – MPS) – A Emenda Constitucional nº 103/2019 tornou obrigatória a criação de regimes complementares por pelos entes federativos. Alguns RPPS, no entanto, enfrentam alguns desafios na implementação dessa norma constitucional: conformidade da legislação local com as normas estabelecidas pela EC 103/2019; criação própria ou adesão a uma entidade de regime complementar sólido e confável; estrutura de governança robusta, com conselhos deliberativo e fiscal, comitê gestor além de diretoria-executiva devidamente certificados e em constante processo de capacitação. Importante ressaltar a educação previdenciária do servidor, equilíbrio atuarial, com dados atualizados de servidores ativos e inativos, integração de recursos humanos e folha de pagamentos, total transparência na gestão dos fundos e nos resultados dos investimentos.
- **PLANO DE CUSTEIO DOS RPPS – PONTOS DE ATENÇÃO NO CADASTRO** - (Júlio Romeu MPS) – O plano de custeio tem o condão de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Ele define as alíquotas de contribuição do órgão, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Deve ser detalhado em legislação específica e seu cadastro é obrigatório. Gescon é essencial para obtenção do CRP. o palestrante apresentou o GUIA ORIENTATIVO PARA CADASTRO DO PLANO DE CUSTEIO NO GESCON. Apresentando o papel do Gescon e do DIPR. E as etapas no processo de aprovação, com a validação análise do Plano.
- **CADPREV – DICAS IMPORTANTES** (WAGNER MARCELINO – MPS) – CADPREV é um sistema do governo federal que gerencia as informações dos RPPS: demonstrativos previdenciários, demonstrativos de investimentos e o CRP. O RPPS utiliza essa ferramenta para registrar e transmitir dados obrigatórios ao Ministério da Previdência. Apenas o Presidente do RPPS ou o Prefeito Municipal podem iniciar o processo de solicitação de acesso ao sistema, podendo ser designado usuário para manter em dia o envio de informações; utilização exclusiva dos Manuais do Usuário do CADPREV; as informações inseridas no CADPREV devem ser consistentes e precisas; O fluxo de informações é fundamental para a conformidade e a emissão do CRP; prova de vida; registrar corretamente dados de eventuais acordos de parcelamento de débitos; estar atento ao formato dos arquivos, ao alimentar o sistema.

Esses foram os principais temas apresentados e discutidos no Congresso. Foram três dias de aprendizado e crescimento profissional. Avaliamos como excelente tudo que ocorreu e a forma como aconteceu o evento.

Goiana, 22 de novembro de 2025.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

2º Semestre do Exercício 2025

RECEITAS

Receitas	2º Semestre 2025 (Julho á Outubro)	2º Semestre 2025 (Novembro)	TOTAL
Servidor Ativo, Inativo e Pensionistas (14%)	R\$ 6.379.214,60	R\$ 1.596.681,57	R\$ 7.975.896,17
Patronal (19,09%) e Suplementar (62%)	R\$ 33.311.676,23	R\$ 8.339.608,03	R\$ 41.651.284,26
Compensação Previdenciária	R\$ 182.803,53	R\$ 277.068,49	R\$ 459.872,02
Rendimentos de Aplicação Financeira	R\$ 5.613.569,06	R\$ 1.379.151,77	R\$ 6.992.720,83
Outras Contribuições Sociais	R\$ 270.923,04	R\$ 468.749,38	R\$ 739.672,42
Total	R\$ 45.758.186,46	R\$ 12.061.259,24	R\$ 57.819.445,70

Comparativo Anual da Receita

Receitas	2º Semestre 2024 (Julho a Novembro)	2º Semestre 2025 (Julho a Novembro)	Variação (+/-)
Servidor Ativo, Inativo e Pensionistas	R\$ 6.721.422,05	R\$ 7.975.896,17	R\$ 1,254,474,12
Patronal e Suplementar	R\$ 35.225.228,02	R\$ 41.651.284,26	R\$ 6.426.056,24
Compensação Previdenciária	R\$ 342.365,14	R\$ 459.872,02	R\$ 117.506,88
Rendimentos de Aplicação Financeira	R\$ 2.712.239,62	R\$ 6.992.720,83	R\$ 4.280.481,21
Outras Contribuições Sociais	R\$ 99.974,68	R\$ 739.672,42	R\$ 639.697,74
Total	R\$ 45.101.229,51	R\$ 57.819.445,70	R\$ 12.718.216,19

DESPESAS POR ELEMENTO

Despesas	2º Semestre de 2025 (Julho à Outubro)	2º Semestre de 2025 (Novembro)	2º Semestre de 2025 (Julho á novembro)
Aposentados	R\$ 27.006.609,28	R\$ 6.791.808,09	R\$ 33.798.417,37
Pensionistas	R\$ 2.310.466,28	R\$ 574.524,62	R\$ 2.884.990,90
Contribuição Previdenciárias - INSS	R\$ 23.401,01	R\$ 5.497,28	R\$ 28.898,29
Serviços Técnicos Profissionais - PJ	R\$ 68.279,06	R\$ 20.786,33	R\$ 89.065,39
Serviços Técnicos Profissionais - PF	R\$ 24,860,00	R\$ 5,700,00	R\$ 30,560,00
Vencimentos e salários Fixas – Pessoal civil	R\$ 116.238,06	R\$ 40.549,54	R\$ 156.787,60
Sentenças Judicial	R\$ 13.220,38	R\$ 0,00	R\$ 13.220,38
Diarias	R\$ 900,00	R\$ 5.900,00	R\$ 6.800,00
Indenizações Trabalhistas	R\$ 31.883,44	R\$ 0,00	R\$ 31.883,44
Materiais de Consumo	R\$ 7.438,67	R\$ 3.771,08	R\$ 11.209,75
Equipamentos de Processamentos de Dados	R\$ 4.588,20	R\$ 0,00	R\$ 4.588,20
Passagens e Despeza com Locomoção	R\$ 0,00	R\$ 8.720,55	R\$ 8.720,55
Serviços de consultoria	R\$ 28.489,23	R\$ 9.496,41	R\$ 37.985,64
TOTAL	R\$ 29.636.373,61	R\$ 7.466.753,90	R\$ 37.103.127,51

Comparativo Anual da Despesa

Despesas	2º Semestre 2024 (Julho á Novembro)	2º Semestre 2025 (Julho á Novembro)	Variação (+/-)
Aposentados	R\$ 30.878.636,82	R\$ 33.798.417,37	R\$ 2.919.780,55
Pensionistas	R\$ 2.610.185,40	R\$ 2.884,990,90	R\$ 274,805,50
Contribuição Previdenciárias - INSS	R\$ 17.023,20	R\$ 28.898,29	R\$ 11.875,09
Serviços Técnicos Profissionais - PJ	R\$86.056,57	R\$ 89.065,39	R\$ 3.008,82
Serviços Técnicos Profissionais - PF	R\$ 1.540,00	R\$ 30.560,00	R\$ 29.020,00
Vencimentos e salários Fixas - Pessoal civil	R\$ 83.040,00	R\$ 156.787,60	R\$ 73.747,60
Sentenças Judicial	R\$ 16.274,14	R\$ 13.220,38	-R\$ 3.053,76
Diarias	R\$ 1.350,00	R\$ 6.800,00	R\$ 5.450,00
Indenizações Trabalhistas	R\$ 0,00	R\$ 31.883,44	R\$ 31.883,44
Materiais de Consumo	R\$ 9.227,00	R\$ 11.209,75	R\$ 1.982,75
Equipamentos de Processamentos de Dados	R\$ 0,00	R\$ 4.588,20	R\$ 4.588,20
Passagens e Despeza com Locomoção	R\$ 0,00	R\$ 8,720,55	R\$ 8,720,55
Serviços de consultoria	R\$ 45.205,15	R\$ 37.985,64	-R\$ 7.219,51
TOTAL	R\$ 33.748.538,28	R\$ 37.103.127,51	R\$ 3.354.589,23

Saldo de Contas de Movimento e **Aplicações Financeiras**

Saldo em Junho/2025	R\$ 130.335.265,90
Final de Novembro/2025	R\$ 151.093.077,54
Aumento Financeiro	R\$ 20.757.811,64